

Título: A inflação institucional europeia e os fenômenos da dividocracia e do déficit democrático: análise da condição sócio-econômica grega na crise do euro

Autor(es) Helena Chermont Brandão; Vinicius Figueiredo Chaves*

E-mail para contato: viniciuschaves@gmail.com

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): integração europeia; institucionalização; déficit democrático; dividocracia; governança

RESUMO

O processo de integração europeia foi acompanhado do fenômeno da institucionalização, a fim de solidificar a governança internacional inerente ao bloco, no sentido de criar condições organizacionais favoráveis à integração e desenvolvimento dos Estados-membros. No entanto, diante de um cenário estrutural complexo caracterizado por um grande número de instituições que foram criadas, discute-se no âmbito da União Europeia (UE) sobre: 1) A existência de um déficit democrático aplicável aos países membros; e 2) A transformação das democracias em "dividocracias", em razão da situação socioeconômica enfrentada por alguns países periféricos durante a chamada "Crise o Euro". Logo, este trabalho visa responder o seguinte problema: A inflação institucional, para a consolidação do direito comunitário europeu, guarda relação direta com a existência do déficit democrático e com a "dividocracia"? Ambos são politicamente considerados, nos países periféricos, por um expressivo número de doutrinadores e estudiosos. A fim de concretizar esta análise e lhe dar respaldo, a metodologia empregada a esta pesquisa foi, preponderantemente, a busca bibliográfica não só nacional, bem como portuguesa, francesa e americana, além do exame e utilização devida de artigos científicos e jornalísticos e, por último, a análise de material investigativo audiovisual sob a forma de documentário. Inicialmente, foi realizada uma análise do processo de integração global, para em seguida adentrar na realidade da integração europeia. Já de início foi possível perceber seu viés não só jurídico e econômico, mas também e principalmente político. Com o aprofundamento dos estudos, constatou-se que, simultaneamente à integração europeia, no cenário comunitário, ocorreu a criação e a solidificação das instituições da UE, fenômeno conhecido como inflação institucional (criação de um número imenso de instituições). Foram estudados os e analisados os seus supostos efeitos negativos, chegando-se à conclusão parcial acerca do problema institucional da UE, qual seja, a aplicação de políticas. Neste sentido, a configuração das mesmas como políticas internas às instituições não revela um problema quantitativo em si, mas sim um problema intrainstitucional. Diante desta constatação parcial, a pesquisa prosseguiu com a averiguação específica dessas políticas sob a perspectiva do Estado Grego, com estudo de seu comportamento e das consequências que sofreu com a submissão às políticas intrainstitucionais antes e durante a crise do euro. A conclusão, com base em dados colhidos nos meses dedicados à pesquisa, foi negativa quanto ao problema principal proposto e seus resultados foram altamente esclarecedores. Principalmente por conta da análise da condição econômico-social grega no "olho do furacão" da crise do euro e, para mais além, através da análise do comportamento do próprio Estado Grego, no que tange sua submissão comercial à políticas emanadas das instituições da UE. Políticas estas, naturalmente de países centrais que, juridicamente respaldadas, não poderiam levar a economia e sociedade grega a caminhos diversos. Este projeto de pesquisa perpassa - sem desviar o olhar do problema e dos temas propostos - por um abrangente exame sobre disposição e proteção de soberania no bojo de uma nova ordem jurídico-econômica: a ordem comunitária. Aquela que paira acima dos estados soberanos e que é regente deste desejo de multilateralismo comercial, jurídico, político e institucional num cenário global majoritariamente tendencioso à cooperação.